

# É O VERBO: GRAMÁTICA DA VIOLÊNCIA E PENSAMENTO PÓS-COLONIAL

Debate ou discussão em teoria social  
GT – 06: Imaginários sociais, memórias e pós-colonialidade  
João Victor Nery Fiocchi Rodrigues<sup>1</sup>  
Pedro Henrique Argolo Costa<sup>2</sup>

## Resumo:

O presente trabalho busca tratar a questão do encobrimento do Outro americano a partir da projeção do “si mesmo” europeu que se dá na Modernidade. Pretende analisar como esse processo que delimita quem são os donos do *logos* e, por conseguinte, delineia a única possibilidade de ordem, configura uma violência que se verifica na linguagem e para além, se espraia em um sentido amplo para modos de ser e de viver violentados por uma concepção eurocêntrica - talvez uma violência em certos momentos menos perceptível, porque mais naturalizada em um léxico possível da ordem, mas não menos cruel. Ainda, essa investigação possui a intenção de evidenciar como isso segue para a América Latina pós-colonial como um problema a ser enfrentado.

**Palavras-chave:** América Latina; Violência; Colonialidade do Poder.

## 1. Introdução

A América Latina é filha do conceito. No começo, é o Verbo.

A História é privilégio dos eleitos. Os indígenas foram descobertos por Vespúcio como culturas-de-Museu. Aos negros foi imposta a violência da palavra. A história deve ser contada por aqueles com capacidade para dizê-la.

O Esclarecimento apresenta as culturas que aqui existiam como históricas. Embora alguns autores trabalhem modernidade e colonialidade como um par conceitual, deve-se reconhecer que o processo diagnosticado por Adorno tem uma amplitude maior. Já estava no canto das sereias de Homero e nos enigmas da esfinge a pretensão por esclarecer. É em sua época moderna, no entanto, seu ápice. A mecanização racional crescente, com progressiva eliminação das propriedades qualitativas, a calculabilidade que reduz todos os fenômenos ao previsível, condensam-se, sublimadas, em um sujeito transcendental ou lógico: “É só enquanto tal imagem e semelhança que o homem alcança a identidade do eu que não pode se perder na identificação com o outro, mas toma definitivamente posse de si como máscara impenetrável” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 22). O múltiplo é capturado pela violência identitária do *logos*. O descobrimento da América se insere na perspectiva desse eu todo-poderoso esclarecido que submeteu o “outro” bárbaro.

A América Latina não existe como realidade objetiva. O “descobrimento” a produziu como um conceito europeu. O Novo Mundo é uma construção semântica (Mignolo, 2005, p. 176) que surge a partir da ocultação das conceitualizações indígenas existentes até o momento da chegada dos

---

<sup>1</sup>Graduando em Direito pela Universidade de Brasília, membro do Programa de Educação Tutorial em Direito – PET/Dir UnB.

<sup>2</sup>Graduando em Direito pela Universidade de Brasília, membro do Programa de Educação Tutorial em Direito – PET/Dir UnB.

<sup>3</sup>Desenvolveremos o conceito de “matriz colonial” de maneira semelhante à “matriz heterossexual” de Judith Butler, a que se atribui a inteligibilidade de gênero. Neste caso, designa, pois, o elemento cultural responsável pela naturalização de corpos, gêneros e desejos. Para que o corpo tenha sentido e coerência é necessário a expressão de um sexo *estável* para um gênero determinado em Direito. *Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 41, n. 1, p. 1-15, 2013. Disponível em: <http://www.unb.br/revista/index.php/revista>. Acesso em: 10/07/2017, p. 292.

conquistadores. O ano de 1492 é colocado como o início dos povos sem história, presentificados já como passado. O Esclarecimento reificou a América Latina como ideia. Se sua problematização é pressuposto para uma teoria que se proponha Crítica, esta não pode prescindir do debate acerca da colonialidade, a lógica etnocêntrica que apresenta a racionalidade europeia como a única possível e idêntica à modernidade.

A Filosofia da História ainda é logocêntrica, já que dá à palavra a prerrogativa da verdade. O desencantamento do mundo está irmanado à tirania do conceito. A matriz colonial<sup>3</sup> é definível e, portanto, sem história. Exibe corpos e subjetividades estabilizados pelo *logos*, reificados pelo conceito. A gramática colonial precisa ser historicizada. Enquanto totalidade que se desenvolve linguisticamente, a colonialidade estabiliza o nativo como aquele que balbucia a verdade. O maldito está fora da história, não é capaz de acompanhar o movimento da Ideia.

A colonialidade sobrevive graças à anestesia dos excluídos. Esvaziamento linguístico que não permite pensar a dor da perda. A linguagem já não é capaz de expressar a violência que marca a (não-) história da América Latina.

Historicizar a matriz colonial significa interrogá-la quanto a sua não-identidade. Uma Gramática Descolonial deve ser capaz de mostrar que a verdade é meio-dita ou que o ente é imediato em sua não-verdade. A Teoria Crítica Descolonial não pode abrir mão da experiência temporal, na “[...] leitura do ente enquanto texto de seu devir [...]” (Adorno, 2009, p. 52). A dimensão histórica tem que ser trazida para o centro da filosofia, de modo que esta não mais sucumba ao governo opressor do Verbo. A especulação deve poder obter o elemento que se perde na reificação do Conceito; deve ter a competência de articular algo como um “*Cogito de Supervivencia*”, fórmula utilizada por Fernando Montoya (2010, p. 52) para pensar a resistência da filosofia africana ante a violência da racionalidade eurocêntrica.

A crítica ao poder colonial não deve ensejar a rejeição da Totalidade. A aporia do Esclarecimento é que ele traz consigo a possibilidade de emancipação ao mesmo tempo em que pretende submeter tudo a sua compulsão totalitária pelo idêntico. Não pode sair do horizonte da crítica o fato de o poder colonial produzir as mais diversas formas de domínio/exploração de raça, gênero e trabalho, assim como não se pode deixar de lado a existência de uma totalidade a articular tal conjunto.

## **2. Sobre o Esclarecimento na América Latina: ou quando a Colônia “resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”.**

Com base no trazido no ponto anterior, pode-se compreender o já mencionado par conceitual modernidade-colonialidade em termos de uma expansão do Esclarecimento – que é europeu – e da racionalidade dele advinda para a América. Mostra-se relevante, desse modo, realizar uma análise mais detida dessa questão.

“a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.” (Adorno & Horkheimer, 2006, p. 15). É a terra em que a técnica se faz essência do saber, em que há uma confusão entre a pretensão de validade e de poder rompendo com a pretensão enfática de verdade, em favor de um procedimento eficaz, de uma *operation*.

Há, no esclarecimento, uma completa aversão ao sobrenatural, ao que pode estar de fora dele, ao que permaneça oculto, ao inexplicável. Dessa forma, o esclarecimento se propõe a exterminar metodicamente todos os vestígios que geram a possibilidade de uma metafísica. A partir disso, emerge o eu-abstrato, o sujeito transcendental ou lógico.

<sup>3</sup> Desenvolveremos o conceito de “matriz colonial” de maneira semelhante à “matriz heterossexual” de Judith Butler, a que se atribui a inteligibilidade de gênero. Neste caso, designa, pois, o elemento cultural responsável pela naturalização de corpos, gêneros e desejos. Para que o corpo tenha sentido e coerência é necessário a expressão de um sexo *estável* para um gênero *estável*. Cf. *El Género en Disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona, Espanha: PAIDÓS, 2007, p. 292.

Nessa ânsia de obliterar o que possa estar “para além”, pode-se perceber o desdobramento de algumas características. Sua inevitabilidade se coloca. Não é processo arbitrário ou voluntarista, o esclarecimento se entrega a sua autonomia. É também inexorável, nada dele pode escapar, tudo tem de ser iluminado. Reside aí seu aspecto totalitário. Um totalitarismo do ponto de vista epistemológico: caráter sistemático e identitário. Subordinação do real e da natureza à decomposição. O esclarecimento antecipa identitariamente o não idêntico: busca de auto-preservação (por medo do oculto, do sobrenatural). Acredita estar a salvo do oculto com a verdade da regularidade matemática. Experiência de derivar a diferença da identidade. Como matemática, o pensamento se torna coisa, se reifica como instrumento. É mortificado. Toma-se dele a vitalidade (razão mutilada), a capacidade de chegar-se às coisas.

O Esclarecimento trouxe uma visão outra de mundo, juntamente com uma concepção de que tudo pode ser averiguado, mensurado, o que pode conduzir à concepção de que a linguagem também pode reduzir-se a números que expressem quantias.

“Quando, no procedimento matemático, o desconhecido se torna a incógnita de uma equação, ele se vê caracterizado por isso mesmo como algo de há muito conhecido, antes mesmo que se introduza qualquer valor. A natureza é, antes e depois da teoria quântica, o que deve ser apreendido matematicamente. Até mesmo aquilo que não se deixa compreender, a indissolubilidade e a irracionalidade é cercada por teoremas matemáticos. Através da identificação antecipatória de um mundo totalmente matematizado com a verdade, o esclarecimento acredita estar a salvo do retorno do mítico. Ele confunde o pensamento e a matemática.” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 37)

Nesse aspecto, o trabalho científico nesse momento buscou operar conjunturas do mundo da vida, conduzindo à negação do não-idêntico em uma verdadeira compulsão pela repetição. Marcado pela racionalidade instrumental, o Esclarecimento busca tornar neutra a racionalidade valorativa – o que em sociedades pré-modernas era o sustentáculo daquela forma de pensar e ser. Habermas vai afirmar que esse recorte entre racionalidades leva a uma autonomização de uma práxis que necessita fundamentos normativos.

“O processo técnico, no qual o sujeito se coisificou após sua eliminação da consciência, está livre da plurivocidade do pensamento mítico bem como de toda significação em geral, porque a própria razão se tornou um mero adimínículo da aparelhagem econômica que a tudo engloba. Ela é usada como um instrumento universal, servindo para a fabricação de todos os demais instrumentos. Rigidamente funcionalizada, ela é tão fatal quanto a manipulação calculada com exatidão na produção material e cujos resultados, para os homens, escapam a todo o cálculo. Cumpru-se, ao final, sua velha ambição de ser um órgão puro dos fins. (...) a expulsão do pensamento da lógica ratifica na sala de aula a coisificação do homem na fábrica e no escritório.” (Habermas, 2012, p. 41-42)

Essa tentativa de distanciamento do mítico, vale lembrar, não permite entrever que mito e esclarecimento compartilham uma mesma paixão fundamental: a busca pelo idêntico, pela unidade. Racional é aquilo que é caracterizado pela repetição incessante: compulsão pelo idêntico, o unitário, o sistemático.

O esclarecimento, ao contrário do que se propõe e sem tampouco perceber-se nesse processo, passa a ser não mais do que a ratificação do destino: reproduzir o que sempre já foi. Compulsão pela repetição. Executa essa função de destino como causalidade inexorável; denominador comum; esvaziamento do significado individual do objeto.

“Mas os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento” (Adorno & Horkheimer, 2006, p. 23). Aqui fica mais destacada a ideia de continuidade epistemológica entre os paradigmas.

Pessoas forçadas a assegurar a autoconservação pela adaptação. Essa insossa sabedoria reproduz não mais que a sabedoria fantástica que rejeita. O diferente é igualado – conformidade.

“A máxima liberdade colapsa na máxima escravidão.” (Adorno & Horkheimer, 2006, p. 47). Auto-esvaziamento da forma. Conteúdo exterior à toda forma. Exterioridade completa entre forma e conteúdo. É a forma abstrata que se torna refém de um conteúdo proveniente de alhures. Cai nas teias de um conteúdo pré-estabelecido. A liberdade se colapsa em heteronomia, torna-se refém de um conteúdo externo e de suas regras. É apologia do existente (positivismo). Esclarecimento como reflexo mitológico do existente, impensado, não crítico, abdicação da esperança, sufocamento do não idêntico.

A singularidade, o não idêntico, a diferença são usurpadas. Colonizada resta, então, a vida, na medida em que, desde o início – a invenção da América –, não foi possível o estabelecimento de uma “alteridade bárbara”. A identidade de sua reprodução interna é assegurada pela manutenção de uma exterioridade esquecida e marginalizada. Nesse processo, a conquista militar que, em um primeiro momento, subsume essa “outra face” como coisa, dá lugar a formas sutis de dominação erótica, pedagógica, econômica e, sobretudo, cultural. Colonização, desse modo, que se exerce agora na estruturação do modo como as sociedades que aqui existiam, viviam e se reproduziam.

Outra questão pertinente a essa temática e que será abordada novamente mais adiante é a que se refere à historicidade. O Esclarecimento concebe a história a partir de uma ótica estática, paralisadora. Ele projeta as categorias do presente para suas mais diversas análises – tal postura retira da história sua dinamicidade.

Pode-se dizer que há na dialética um método que possibilita uma perspectiva holística, diferindo dessa visão estática da história que possui o Esclarecimento, em que as categorias da sociedade burguesa são transportadas ao passado e ao futuro como se fossem leis naturais eternas, descoladas da história e “furtivamente contrabandeadas como irrevogáveis leis naturais da sociedade *in abstracto*”. (Marx, 2011, p. 42). A partir dessa concepção combatida pela teoria marxiana, quando se tenta enxergar o passado, por exemplo, não há mais que uma ilusão ótica de que se está a conhecer o mesmo, pois as únicas lentes que direcionam a visão são as do presente – e elas embaçam a vista e paralisam o olhar.

Torna-se mais claro, portanto, que o Esclarecimento faz com a história aquilo a que Marx se opõe com sua dialética. Aquele parte dessas concepções hipostasiadas, que desconsideram a historicidade e seu devir. A construção da América Latina é então feita a partir da relação em que já se encontra antecipado identitariamente um modelo de sociedade que não é local (e nem poderia), mas que vem d’alhures.

### **3. Matriz Colonial e Colonialidade do Poder: a Invenção da América**

Adotar a tese de invenção da América Latina implica, desde o início, na rejeição da perspectiva que afirma seu descobrimento em 1492. Enquanto esta última se vincula à tradição eurocêntrica e tende a assumir a visão imperial, a primeira se associa à crítica do elemento colonial que subjaz à primeira. Em vez de um reconhecimento de territórios dados no espaço, há não apenas a produção conceitual da América (ou sua “conquista filosófica” diria Edmundo O’Gorman), mas a naturalização de tal processo mediante a matriz colonial de poder. As cartografias, profundamente alteradas a partir de 1492, são fixadas como eternas na história. Esta tem seu devir cristalizado por um acontecimento que se pretende eterno, ao atingir o passado, propondo a dominação/exploração por meio de um “foi assim desde o começo” e o futuro ao deslocar a liberação para um momento posterior na temporalidade linear. É a partir deste período, no entanto, que a Europa pode se constituir como centro: da economia, da política, do conhecimento.

A noção de descobrimento só permite que os bárbaros tenham história se colonizados e inseridos no movimento implacável do *logos*. O descobrimento é o componente colonial do Esclarecimento. Ele anuncia a posição da Europa como lócus privilegiado de enunciação: “*La <idea> de America no es solo la referencia a un lugar; funciona, sobre todo, a partir del poder y el privilegio de enunciaci3n que permiten convertir una idea inventada en <realidad>*” (Mignolo, 2005, pp. 171-

172). Ter história, nesse caso, significa alijar-se dos sentidos atribuídos pelos indígenas às terras habitadas antes da colonização. O descobrimento funciona, dessa maneira, como operação ideológica que encobre as outras concepções de mundo e permite que se oculte a lógica colonial existente em sua *ideia*.

A invenção da América traz consigo a necessidade de que se tome a história em uma perspectiva ontológica (O’Gorman, 1995, p. 9), que procura analisar a produção conceitual de entidades históricas. Não se trata de dizer que houve a criação da América em 1492, já que tal posicionamento supõe sua produção *ex-nihilo*. Ao contrário do que faz parecer a matriz colonial, quando se fala em descobrimento não se está abordando um fato, mas uma ideia ou interpretação que se construiu sobre ele. O questionamento não se dá em saber se Colombo descobriu ou não o continente, mas se a própria ideia de descobrimento já não traz consigo implicações em si coloniais: “*Es decir, será necesario reconstruir la historia, no del descubrimiento de America, sino de la idea de que América fue descubierta, que no es lo mismo*” (O’Gorman, 1995, p. 17).

É reconhecido pela historiografia que Cristóvão Colombo imaginava ter chegado às Índias<sup>4</sup> e morreu com tal convicção. A produção conceitual da América dependia, portanto, que tal parte da história fosse ocultada. Inúmeras foram as tentativas nesse sentido. Era necessário que Colombo tivesse consciência do ser das terras para que a imagem de uma Europa descobridora de terras desconhecidas fosse inserida no imaginário social. Na reconstrução feita por Edmundo O’Gorman, três pensadores chamam a atenção. Para Gonzalo Fernández de Oviedo, independente do que dizem os relatos e lendas, Colombo sabia que as terras em questão se tratavam daquelas a serem descobertas, já que tomara conhecimento delas por meio da leitura de obras antigas. Para Gómara, por sua vez, Colombo seria uma espécie de segundo descobridor, já que a lenda do “piloto anônimo” atribuía a este último o feito. Na leitura proposta por O’Gorman, ambas as perspectivas acabaram se mostrando insatisfatórias: a primeira porque, embora Colombo tenha consciência do ser das terras, o descobrimento em si passa a remeter a outro fato, às escrituras por meio das quais ele tomou conhecimento do território; na segunda, de forma bastante explícita, Colombo era um descobridor secundário. Foi relevante, nesse sentido, a abordagem trazida por Bartolomé de Las Casas, ao considerar o descobrimento como o cumprimento fatal de uma determinação divina, sendo totalmente indiferente as intenções pessoais de Cristóvão Colombo.

Las Casas torna visível a presença de um elemento metageográfico (O’Gorman, 1995, p. 148) na distribuição dos continentes. O “Novo Mundo” possui um status onto-lógico específico, indicado por seu próprio nome; só se torna inteligível quando aprisionado como conceito pela matriz colonial logocêntrica. É possível ver no “Novo Nome” a atuação da colonialidade do poder, na fórmula descrita por Aníbal Quijano, através da classificação social que tem como centro a Europa. A conceitualização da América se dá nesta última que pode agora, a partir de sua descoberta, afirmar-se como dotada da única racionalidade possível na Modernidade. O Esclarecimento ganha, nesse momento, tons específicos. A retórica da “emancipação racional” é a que permite a libertação dos povos sem história e sem alma. O *Aufklärung* se aproxima, a cada passo que dá, da mitologia, na aproximação dialética entre os dois feita por Adorno. Em sua eliminação do incomensurável, o Esclarecimento rejeita miticamente tudo aquilo que não pode ser submetido à régua precisa do cálculo racional: “O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 21). O eu totalitário e esclarecido reduz todas as coisas ao *mesmo*: tudo tem como substrato a dominação.

<sup>4</sup> Embora adote uma perspectiva diversa e bastante problemática quando se analisa as etapas por ele descritas de constituição do “ego”, Enrique Dussel também salienta a importância do “empreendimento asiático” para se compreender a inserção da América na História Universal. Segundo o autor, esse momento já revela o desaparecimento do Outro visto como objeto, “en-coberto” pelo “si mesmo” europeu. A Europa se tornava agora uma “universalidade descobridora”. Cf. 1492: *o encobrimento do outro: a origem do “mito da Modernidade”*. (J. A. Clasen, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 34.

A matriz colonial produz a América como a primeira identidade da Modernidade, ao enredá-la em um novo padrão de poder mundial como um novo espaço/tempo (Quijano, 2000, p. 202). A colonialidade opera mediante uma lógica de classificação social que hierarquiza as diferenças entre colonizadores e colonizados e as naturaliza. Embora esse processo de dominação/exploração se particularize nos critérios de raça, gênero e trabalho, há a colonialidade do poder que os articula enquanto totalidade. A frase de Franz Fanon de que “Foi o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado” (Fanon, 2005, p. 52) denota a importância da subjetivação para sustentar a colonialidade. O colonizado é produzido como tal, seja através das marcas deixadas em seu corpo pela colonização e que são analisadas com minúcia pelo psiquiatra antilhano, seja por meio do sopro agressivo da Palavra. Sua identidade racial, colonial e negativa (Quijano, 2000, p. 221) é agora a de um danado (*damés*). Com isso, além de se desprender do seu lugar na produção cultural da humanidade, é inserido em uma nova temporalidade histórica. Sua subjetivação como primitivo, personificação do passado e, por consequência, da inferioridade, é o que dá sentido ao mundo colonial e justifica a violência que o medeia. O *Aufklärung*, portanto, justifica-se. O bárbaro, primitivo e naturalmente inferior, é o elemento faltante para que o esclarecimento se erija como sistema. O destino dos danados é incorporado na totalidade do projeto moderno. O descontínuo é neutralizado enquanto coisa e, dessa maneira, submetido à identidade. Eis que o Verbo produziu todos a sua imagem e semelhança.

#### 4. Por uma Liberação Dialético-Negativa

A filosofia que renuncia ao sistema renuncia ao próprio status de filosofia. No pensamento descolonial, é comum que a crítica desemboque em uma rejeição de categorias como o Universal e a Totalidade, desenvolvidas sobretudo pelo marxismo. Embora este carregue consigo, pelo menos em sua forma vulgar, um apreço por uma filosofia da história teleológica orientada pela temporalidade linear do progresso, a denúncia aos elementos coloniais ainda presentes no pensamento de Marx não deve ensejar a rejeição ao conceito de sistema: “A filosofia precisa manter o sistema na medida em que o que lhe é heterogêneo se lhe apresenta enquanto sistema” (Adorno, 2009, p. 26). É necessário ainda o trabalho tenso que caracteriza a relação com o Conceito e o próprio ato de filosofar. A filosofia precisa resistir ao atomismo pós-moderno que, em seu desprezo pela totalidade, torna-se cega ante a organização sistêmica da sociedade administrada<sup>5</sup>.

Reconhecer que o poder colonial se distribui de maneira sutil em micro espaços na sociedade e que seu domínio/exploração se exerce através da raça, do gênero e do trabalho não implica na abdicação do uso da categoria de totalidade. A matriz colonial articula a descontinuidade e a heterogeneidade da opressão do poder e a tarefa da crítica descolonial é não se guiar pela unidirecionalidade e unilinearidade deste último (Quijano, 2000b, p. 351).

Um conceito “positivo” de esclarecimento deve afastar a filosofia da positividade. Pensar a colonialidade e as afinidades entre esta e o projeto moderno não exprime de imediato uma rejeição da filosofia do período, como se pode concluir de algumas análises. A dicotomia entre um pensamento europeu e um latino-americano é falsa. Os limites da identidade foram borrados pela violência colonial<sup>6</sup>. Assumir a colonialidade como única racionalidade possível da Modernidade significa uma adesão à retórica eurocêntrica. É esta última que conduz ao fim da história. É ela que reifica a América Latina como a-histórica. A filosofia deve poder ser capaz de desembaraçar o esclarecimento da

<sup>5</sup> Atilio Borón faz importantes críticas ao que chamamos de “esquerda molecular”, que se constitui sobretudo na tradição francesa do pensamento, a partir da rejeição principalmente da figura de Hegel e personificada em Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guatarri. Cf.: *Aristóteles em Macondo: reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina*. São Paulo: Pão e Rosas, 2011.

<sup>6</sup> Homi K. Bhabha (1998) se apropria no pensamento de Franz Fanon nos estudos pós-coloniais para realizar uma crítica à identidade colonial e trabalhar a di-ferença (*Unter-schied*) entre colonizador e colonizado. Cf.: Interrogando a identidade: Franz Fanon e a Prerrogativa Pós-Colonial. In: *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

dominação cega que o marca. O pensamento descolonial deve se nutrir da liberdade que se perde na não-liberdade do sistema. Na verdade, a ameaça de retorno à violência irrefletida integra a racionalidade desde o início e se esboçou no próprio governo opressor do logos. O “irracionalismo” da razão “[...] é derivado da essência da própria razão dominante e do mundo correspondente a sua imagem” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 15).

O logocentrismo da matriz colonial condenou a diferença como pecado. Quando Jacques Derrida desenvolveu tal conceito, embora não remetesse à colonialidade do poder, referiu-se à metafísica da escritura fonética como o “etnocentrismo mais original e mais poderoso” (Derrida, 2011, p. 03-04). O pensamento ocidental colocou o logos na posição de origem da verdade em geral e a voz em relação íntima com ele. Na metafísica, o logocentrismo surge como fonocentrismo. A escritura, a letra é considerada como a matéria, o corpo, inscrição sensível, sempre exteriores ao sopro, ao verbo, ao logos, ao espírito. A voz corresponderá a um “estado da alma”, numa ligação essencial e originária com o Verbo, com o próprio ser. Na definição aristotélica retomada pelo filósofo francês: “Os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma, e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz” (Derrida, 2011, p. 37). Pode-se dizer que a dominação do indígena pelo Esclarecimento dependeu, assim, da expulsão do corpo e da interiorização do logos. Sem palavra, sem alma, o bárbaro pode ser colonizado.

A tese de invenção da América Latina já traz consigo a tentativa de reconciliação. A não-liberdade manifesta-se no pensamento como natureza não reconciliada. A dialética enquanto método, conforme discutido anteriormente<sup>7</sup>, aproxima o pensamento da historicidade. A validade plena das categorias universais, na determinabilidade de sua própria abstração, ocorre apenas quando vistas como produto das relações históricas. Posicionamento holístico que introduz o devir em sua crítica, tomando a história como processo. A dialética submete o dado à multiplicidade dinâmica da experiência temporal; serve, pois, à reconciliação: esta “[...] seria então a meditação sobre a multiplicidade que não se mostraria mais como hostil” (Adorno, 2009, p. 14). É esta liberação do não-idêntico que protege a dialética da compulsão lógica.

A colonialidade, enquanto totalidade desenvolvida linguisticamente, deve ser submetida a um exercício dialético-negativo que questione sua pretensa unidade. A violência que a institui não apenas já não é percebida como tal nas palavras de sua gramática, como a linguagem acaba por conferir à dominação status de universal. A dialética, por outro lado, permite que a dor seja elevada ao campo do conceito. Diante do esvaziamento metafísico da linguagem, a dialética negativa reclama a verdade do sofrimento. Nesse sentido, pode-se dizer que ela é um antissistema: “ela se esforça por colocar no lugar do princípio de unidade e do domínio totalitário do conceito supraordenado a ideia daquilo que estaria fora do encanto de tal unidade” (Adorno, 2009, p. 08). A negação é propriamente a resistência do pensamento ante a ideologia: “Lá onde o pensamento se projeta para além daquilo a que, resistindo, ele está ligado, acha-se a sua liberdade” (Adorno, 2009, p. 24). A filosofia da história logocêntrica que, reificando o factual, o incorpora e o sacraliza, relegando a colonização para uma temporalidade do “outrora”, deve ser submetida à oxidação pelo devir histórico<sup>8</sup>.

Fernando Montoya se aproxima do pensamento do negativo ao abordar a filosofia africana em termos de um “*cogito de supervivencia*”. Rejeita-se a tese da semelhança entre aquela última e a cultura popular. A aporia que marca o filosofar reside justamente em sua tentativa de acessar a

<sup>7</sup> Veja o “Ponto 2”.

<sup>8</sup> Devemos a Heidegger a possibilidade de pensar a colonialidade em termos de um abandono do ser, por meio de uma problematização de suas categorias a partir do concreto. Em sua *Carta sobre o Humanismo*, o filósofo alemão aproxima o Estranhamento (*Entfremdung*) marxiano com a A-patricidade (*Heimatlosigkeit*) pensada a partir de Nietzsche. O Convalescente é aquele que sente a dor pela perda da casa, da pátria. O esvaziamento linguístico operado pela metafísica (e pela colonialidade, segundo nossa análise) impede que a dor pela perda da pátria seja expressa pela linguagem. Os “sem-pátria” a que se refere Nietzsche ao longo de suas obras são des-terrados, estrangeiros (*Fremde*), fora também da história reificada como ideia.

liberdade por meio do conceito. Embora este se instaure por meio da reificação, foi/será através dele que o pensamento resistiu/resistirá à positividade. O termo usado por Montoya procura designar a sobrevivência do pensamento africano ante ao logocentrismo etnocêntrico que marca o pensamento ocidental: “*Frente a un logos occidental que todo lo intenta uniformar, los africanos deben recurrir al cogito de la supervivencia*” (Montoya, 2010, p. 46). A Dialética Negativa, nesse caso, deve voltar seus olhos para o elemento não-conceitual no conceito, que protege o pensamento da fetichização: “Em sua universalidade formal, porém, o argumento toma o conceito de modo tão fetichista quanto esse conceito se expõe ingenuamente no interior de seu domínio, como uma totalidade autossuficiente [...]” (Adorno, 2009, p. 18). Embora a categoria de Montoya permita ver uma sociedade africana que reclama sua libertação, o percurso dialético-negativo não se completa. A liberação do não-idêntico não pode se perder do confronto à sociedade administrada, conforme já discutido. A crítica não pode perder de vista que a opressão surge diante de seus olhos como sistema. A Teoria Crítica Descolonial não renuncia à Totalidade, mas apenas a trata como processo.

## 5. Conclusão

Pôde-se, no decorrer da investigação, realizar o diagnóstico de que a Modernidade tem o sentido não apenas de iluminação racional, mas acaba por funcionar como justificativa para uma dominação violenta. Torna-se mais palpável o fato de que a colonialidade é a lógica que se esconde por trás da modernidade e da estrutura do tempo linear que envolve as noções de progresso e evolução, profundamente enraizadas em uma concepção europeia e que são transpostas e impostas à América – como modelo negador da possibilidade de outros vem em toda sua força acachapante e mutiladora. É dessa forma que se dá ênfase, portanto, ao fato de que não se pode entender a modernidade e colonialidade de maneira dissociada.

Por seu caráter “civilizatório”, esse par conceitual atua em termos de legitimação da violência exercida contra os “bárbaros” que se opuserem à “emancipação pela razão”. O Colonizador civilizado é o proprietário do *logos*, única possibilidade de expressão da ordem. O “Outro” selvagem, entretanto, é excluído da história Universal por não possuir a palavra, por não ser capaz de dizer a verdade. É aquele que, no contexto de uma América Latina pós-colonial, é reduzido à posição de “entes que devem ser submetidos” (Zea, 2005, p. 51).

É nesse sentido que pensar a colonialidade é relevante para se construir um pensamento latino-americano. Isso se dá na medida em que fazê-lo significa questionar uma filosofia da história “logocêntrica” que, em sua exclusão da alteridade “bárbara”, converte-se em pobreza de experiências. Este trabalho, ao abordar o par modernidade-colonialidade como totalidade desenvolvida linguisticamente, busca problematizar um modelo de história que, reificando o factual, o incorpora e o sacraliza, relegando a colonização para uma temporalidade do “outrora”.

Assim como a liberdade da filosofia reside em conferir voz a sua não-liberdade, a uma natureza que grita, emerge a demanda de uma outra filosofia da história hábil a fazer o mesmo com relação às violações que marcam a América Latina. Faz-se necessário trazer à tona toda uma gramática da violência que já não mais é percebida como tal em suas palavras - léxico remanescente do período colonial. Importa resgatar através da reminiscência a dimensão do comunicável perdida pelo esvaziamento da linguagem.

## 6. Referências Bibliográficas

- Adorno, T. W. (2009). *Dialética Negativa*. (M. A. Casanova, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do Esclarecimento*. (G de Almeida, Trad.). São Paulo: Zahar.



- Boltanski, L. & Chiapello, E. (2009). *O Novo Espírito do Capitalismo*. (I. C. Benedetti, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Derrida, J. (2011). *Gramatologia*. (M. Chnaiderman & R. J. Ribeiro, Trans.). São Paulo: Perspectiva.
- Fanon, F. (2005). *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora, Minas Gerais: Editora UFJF.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mignolo, W. (2005). *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona, Espanha: gedisa editorial.
- Montoya, F. S. (2010) *Introducción a la filosofía africana: Un pensamiento desde el cogito de supervivencia*. Espanha: Ediciones Idea.
- O’Gorman, E. (1995) *La indención de América: Investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Quijano, A. (2000a). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En E. Lander, comp. *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. CLACSO-UNESCO, Buenos Aires, Argentina, (pp. 201-246).
- Quijano, A. (2000b). Colonialidad del Poder y Clasificación Social. En *Journal of World-Systems research* (pp. 342-386).
- Zea, L. (2005). *Discurso desde a marginalização e a barbárie*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.